

POLICYMIX

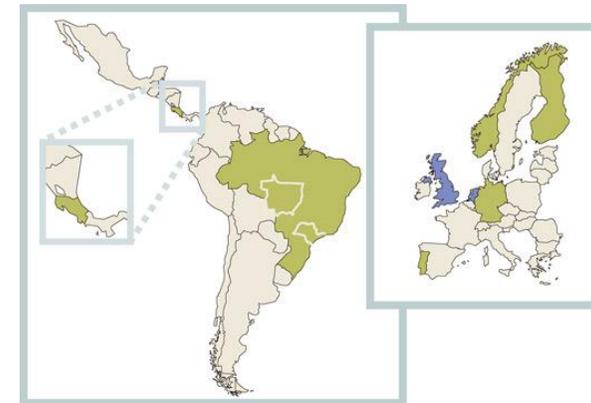
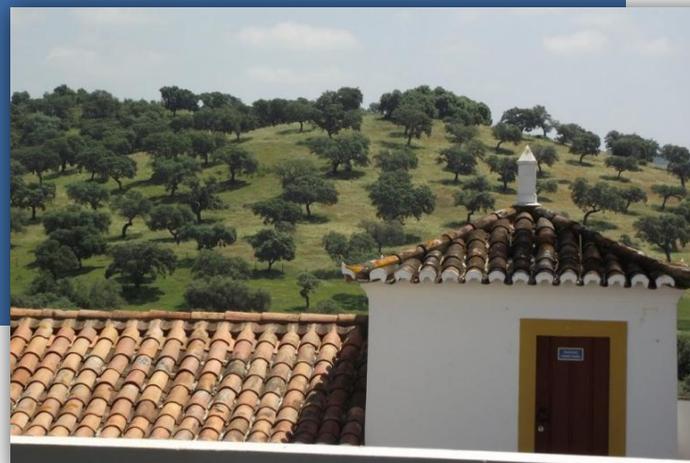
Avaliação do papel de instrumentos económicos em *policy mixes* para a conservação da biodiversidade e provisão de serviços de ecossistema

CENTER FOR ENVIRONMENTAL AND SUSTAINABILITY RESEARCH

DCEA FCT-UNL
 Campus de Caparica 2829-516 Caparica
 Portugal
<http://cense.fct.unl.pt>

Contacto

Paula Antunes
 mpa@fct.unl.pt
 +351 969 095 022



PARCEIROS

NINA, Noruega

Norwegian Institute for Nature Research

UFZ, Alemanha

Helmholtz Centre for Environmental Research

IVM, Holanda

Institute for Environmental Research

IIED, UK

International Institute for Environment and Development

SYKE, Finlândia

Finnish Environment Institute

REDES, Brasil

Rede de Desenvolvimento, Ensino e Sociedade

FUNDAG, Brasil

Fundação de Apoio à Pesquisa Agrícola

CATIE, Costa Rica

Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñanza

POLICYMIX

Avaliação do papel de instrumentos económicos em *policy mixes* para a conservação da biodiversidade e provisão de serviços de ecossistema

O POLICYMIX é um projecto de investigação, que envolve centros de investigação europeus e latino-americanos, financiado pela Comissão Europeia e com duração prevista de 2010-2014. O principal objectivo é contribuir para inverter a tendência global de perda de biodiversidade, através do uso de instrumentos económicos. Mais concretamente, o POLICYMIX foca-se na avaliação do papel dos instrumentos económicos no conjunto (mix) de instrumentos políticos operacionais, no âmbito da conservação.

O projecto avalia, em vários estudos de caso Europeus e Latino-americanos, os benefícios e a custo-eficácia dos instrumentos económicos face à regulação existente. Esta avaliação tem por base um quadro de avaliação integrada, criado no âmbito do projecto, e que considera múltiplos critérios – indicadores de biodiversidade e provisão de serviços de ecossistema, valoração dos benefícios económicos e custos de implementação; impacto social e distributivo; e limitações legais e institucionais - para diferentes níveis de governança. A diversidade de casos de estudo proporciona exemplos complementares de instrumentos económicos inovadores, tais como Pagamentos por Serviços Ambientais (PES) e Transferências Fiscais Ecológicas. Pretende-se também avaliar potenciais transferências de aplicações bem sucedidas, e oferecer possibilidades concretas de aprendizagem para os decisores políticos.

Em Portugal, as políticas para a conservação de florestas e/ou biodiversidade são, na sua maioria, baseadas em instrumentos regulamentares (e.g. Rede nacional de áreas protegidas; Rede Natura2000) que se baseiam na restrição de certos tipos de uso do solo e de práticas de gestão florestal/agrícola. Neste tipo de abordagem os custos da conservação são distribuídos de forma desigual, e acabam por se concentrar nos actores locais, públicos e privados. Importa por isso reconciliar os custos locais e os benefícios globais decorrentes das políticas de conservação.

O caso de estudo Português analisa instrumentos para a conservação da biodiversidade a nível nacional e regional. Para a análise regional foi seleccionada uma área de estudo no sudeste do país (margem esquerda do Rio Guadiana) que compreende uma diversidade de usos do solo, incluindo paisagens multifuncionais, áreas protegidas, sítios Natura 2000 e sistemas agrícolas. Esta é uma área de ocorrência de montados (florestas de sobreiro e azinheira), um sistema agro-silvo-pastoral que apresenta elevada biodiversidade e fornece importantes serviços de ecossistema. Os montados encontram-se actualmente ameaçados, dado que a sua estabilidade ecológica depende de práticas tradicionais, que se têm vindo a tornar economicamente inviáveis. São por isso necessárias políticas inovadoras para manter sua viabilidade económica.

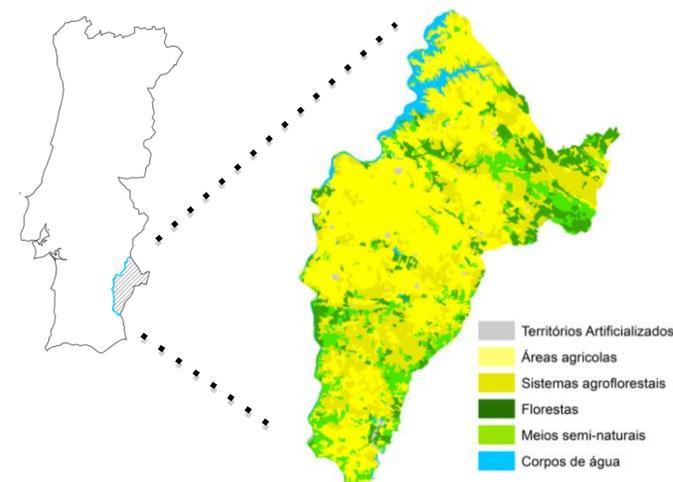


Figura – Uso do Solo na margem esquerda do Guadiana. Corine Land Cover 2006.

Dois dos instrumentos que podem desempenhar esse papel foram seleccionados para serem o foco do caso de estudo português:

- Medidas agro-ambientais - aplicadas no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) – consistem em incentivos financeiros desenhados para incentivar agricultores a proteger o ambiente nas suas propriedades; inclui sistemas agrícolas e agro-florestais. Este instrumento é direccionado para actores privados.
- Transferências Fiscais Ecológicas – que integram, desde 2007, as transferências anuais do orçamento nacional para cada município com o objectivo de compensá-los por restrições no uso do solo impostas por áreas protegidas. Este instrumento é direccionado para actores públicos.